

O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia

ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS*

LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Resumo: Traçamos um percurso da formação do pensamento brasileiro para trazer à tona um obstáculo cognitivo-epistemológico. Localizamos tal obstáculo na estratégia da mestiçagem, como processo político, lançada pelo antiabolicionista Sílvio Romero e aperfeiçoada com Gilberto Freyre. Situamos a questão epistemológica em suas inscrições raciais, quer dizer, trazendo-a para o campo da luta dos povos negros e pindorâmicos contra sua sujeição. No Brasil, a mestiçagem e a figura do mulato permitiam à intelectualidade propor o rumo da epistemologia e da subjetivação. Tal procedimento provocou um desconhecimento de si mesmo, ainda presente, com repercussões, sobretudo, nos estudos da psicologia. É necessário alterar as linguagens das ciências e encontrar epistemologias constituídas a partir das diversidades étnica, racial e cultural do Brasil. Consideramos a formação de um pensamento fora do campo hegemônico para uma perspectiva social, existencial e espiritual dos povos negros e pindorâmicos, particularmente quanto às práticas de cuidar psicológicas.

Palavras-chave: epistemologia negro-pindorâmica; afropindorâmico; enegrecimento; inscrições raciais; subjetivação.

Epistemological blockade in Brazil and psychology

Abstract: We trace a path of the formation of Brazilian thought to bring up a cognitive-epistemological obstacle. We found this in the miscegenation strategy, as a political process, launched by the anti-abolitionist Romero and perfected with Freyre. We situate the epistemological question in its racial inscriptions, bringing it to the field of the struggle of black and pindoramic peoples against their subjection. In Brazil, miscegenation and the figure of the mulatto allowed the intellectuals to propose the course of epistemology and subjectivity. Such a procedure caused a lack of self-awareness, still present, with repercussions in the studies of psychology. It is necessary to change the languages of the sciences and find epistemologies based on the ethnic, racial and cultural diversity of Brazil. We consider the formation of a thought outside the hegemonic field for a social, existential and spiritual perspective of black and pindoramic peoples, particularly regarding psychological care practices.

Key words: black-pindoramic epistemology; african-pindoramic; blackening; racial inscriptions; subjectivation.



* **ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS** é Psicólogo, professor do Instituto de Psicologia da UFF.



** **LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA** é Psicóloga. Doutora em Educação (USP). Professora do Departamento de Psicologia/UFF e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Ensino de Ciências da Natureza (UFF).

E na casa de sonhar, sonharam

(Allan da Rosa, 2016)

Introdução: racialização e apagamento de povos negros

Ao ler o compêndio de *História da Psicologia*, organizado por Ana Jacó-Vilela et al. (2015), considerando os temas presentes e ausentes, não é difícil perceber que a ciência psicológica cresceu sem considerar os povos negros e indígenas como sujeitos históricos. É das relações entre as ausências e as presenças no campo da Psicologia que tratamos neste artigo; e essas, não sendo acaso na história da produção de conhecimento, trazem à cena jogos de poder que instituem os princípios modernos em cujo centro está o conceito de raça (LIMA, 2017; MBEMBE, 2014).

A hierarquização de fenótipos humanos, que tem seu ápice no homem branco europeu, fruto dos deslocamentos do trânsito do Atlântico, forjou os conceitos de raça, de sujeito racial e de identidade “não como pertencimento mútuo (copertencimento) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo” (MBEMBE, 2018, p. 11). Desde então, “negro e raça têm sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias” (p. 12), invenção do mercantilismo, do capitalismo e da ciência. Porém, findo o conceito de raça como verdade e o entendimento daquele como “grande delírio” (LIMA, 2017), a associação entre negro e raça não se desfaz cotidianamente e, no campo da ciência, ganha outros contornos – os estudos raciais passam a ser negados, afinal, raça não existe!

Adentrando o saber psicológico, a produção de conhecimento, marcada pela raça e também pelo seu desfazimento, traz marcas fundantes, como o não reconhecimento dos estudos

raciais, e, mais do que isso, a negação da constituição subjetiva da população negra. Pensando ainda mais especificamente a psicologia, muitos podem nos perguntar: negras e negros não fazem parte há décadas de seus estudos e de suas intervenções, sobretudo quando esse saber se pretende crítico? Para nós, intelectuais negros e negras do campo da psicologia, é preciso interpelar a ausência dos estudos raciais e a presença da população negra como objeto de estudo e fundamentada por uma subjetividade datada – branca e europeia. O texto a seguir é um exercício ao encontro da identidade de homens negros e de mulheres negras como pertencimento, rompendo o bloqueio epistemológico que se faz pela relação do mesmo com o mesmo. Sem isso, a crítica à modernidade é inacabada (MBEMBE, 2014).

A raça, como questão racial, tem chegado hoje às universidades como placas tectônicas em movimento, provocando abalos, alterando as condições de pensamento de tudo o que está ao redor e fazendo aparecer os efeitos das falhas (ausências e presenças) sobre as quais as sociedades modernas, os valores euroamericanos e o sistema capitalista estão apoiados. Nós, intelectuais negras/os, vivemos esses abalos como o momento de renovação do pensamento trazida com as políticas de ações afirmativas e o ingresso dos povos afrodiáspóricos e pindorâmicos nos cursos de graduação e pós-graduação, nas universidades brasileiras.

Apagamento da memória e bloqueio cognitivo-epistemológico

Kabengele Munanga lembra que o tráfico de negros e a exploração da África são as bases da produção da riqueza das colônias nas Américas, de onde vieram o ouro e a matéria-prima que sustentaram a revolução industrial (MUNANGA, 2010, p. 8). O tráfico de negros, o sequestro, a escravização, o saque e a destruição de um número incalculável de povos tiveram o apoio das Escrituras e das ciências. A dominação, a escravização e o extermínio de milhões de negros/as e povos africanos e indígenas deram aos povos indoeuropeus o fenômeno psicocultural de supremacia branca, o desenvolvimento de ciências e filosofias que justificaram e legalizaram o crime, europeizaram a razão e a subjetivação e estabeleceram que o pensamento deveria ter uma forma única de expressão (FAUSTINO, 2015; DELEUZE; GUATTARI, 1996).

No Brasil, o pensamento social, as ciências sociais e humanas, onde se instalaram a psicologia e outros saberes psi, salvo poucas exceções, só recentemente acordaram do profundo desconhecimento que mantinham da problematização da questão racial. Esses saberes, em geral, não levavam em conta o sofrimento mental dos povos afrodiáspóricos e pindorâmicos, que, por quase 400 anos de existência do Brasil, foram os principais agentes de produção da riqueza da nação brasileira.

Nas ciências sociais e políticas não é pequena a bibliografia iniciada na primeira metade do século XX com os estudos psicossociais de Virgínia Leone Bicudo (1955; 1945/2010), Florestan Fernandes (1955), Guerreiro Ramos (1955/1995) e outros, questionadores/as da literatura que proclamava a supremacia branca (RODRIGUES,

1894/2011; VIANA, 1938) e seus desdobramentos no mito da democracia racial ou da harmonia das três raças (FREYRE, 1953/2015).

A dissertação de mestrado “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, defendida pela cientista social e psicanalista Virgínia Leone Bicudo, em 1945, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), vinculada à USP à época, talvez seja a primeira pesquisa a pôr em questão a ideia de democracia nas relações raciais, no Brasil. Ela mostra os efeitos nocivos do sentimento de inferioridade nas camadas “negras” e “brancas” da população brasileira (BICUDO, 2010). A história de Virgínia Bicudo é um analisador sem igual do modo de apagamento, nas ciências sociais e no campo dos saberes psi, de pesquisas e pesquisadoras/res que abordam as relações raciais. O apagamento do estudo realizado por essa pesquisadora revela não apenas a ação de mecanismos de cerceamento da memória dos afro-pindorâmicos, mas também o bloqueio cognitivo e epistemológico que impede a criação de uma ciência induzida da realidade brasileira, como sugere Guerreiro Ramos (1955/1995). Trata-se de estratégia de direcionamento voltada para as ciências euroamericanas, que impossibilita a formação de epistemologias aterradas, constituídas a partir de uma perspectiva da vivência dos povos negros e indígenas.

Sobre a falha tectônica, que é a questão racial, a Europa ergueu seus valores morais e científicos. Também sob esse mesmo terreno moveção o Brasil construiu sua riqueza, moldou sua identidade nacional, seus valores, suas ciências; e ainda a mumificação e o apagamento dos saberes, filosofias, epistemologias e ontologias negropindorâmicos (MOORE, 2010;

COSTA, 1983, 2006; SCHWARCZ, 1993/2016; MUNANGA, 2008).

Sueli Carneiro (2005, p. 97) toma o epistemicídio como “sequestro da razão” e forma de dominação coletiva e individual dos corpos e das mentes. Como uma das tecnologias de extermínio dos africanos é a negação da sua cultura, as sociedades europeias produziram a ideia de que os egípcios são brancos (DIOP, 2010), a fim de negar o conhecimento desse povo como representante da cultura africana. São processos civilizatórios de ódio: “tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada do negro – ou não-branco/ocidental/europeu – são expressões desse mesmo processo de racialização” (FAUSTINO, 2015, p. 59), ou seja, de objetificação dos povos negros.

Tornar-se branco, mestiçagem e bloqueio epistemológico

Com a implementação da ação afirmativa nos cursos de graduação e de pós-graduação em psicologia e com a chegada de estudantes negras/os, temos nos reencontrado com contextos de vida, vivências, necessidades intelectuais e de formação, práticas de ativismo e de militância que nos dizem acerca do pertencimento do povo negro. Temos sido confrontados por uma diversidade de questões com as quais a universidade e os saberes científicos e práticas profissionais, que ela legitima, não sabem lidar, a não ser pelos princípios da produção do embranquecimento (SANTOS; OLIVEIRA, 2019), que a cordialidade brasileira dá o tom da morenidade.

Sílvio Romero considerava que o preconceito de cor trazia o medo de que, mostrando simpatia pela massa da população negra, o intelectual se

passaria por mestiço ou descendente da raça africana. Seria interessante pensar o medo branco por esse viés. Como consequência, o intelectual antiabolicionista se ressentia ao perceber, no século XIX, que “nós nos desconhecemos a nós mesmos” (ROMERO, 2001, p. 146). Sílvio Romero foi o intelectual que lançou a mestiçagem como a direção do destino da nação. Estratégico, ele entendia que o mestiço é o modo de o povo brasileiro fazer de forma “ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior” (ROMERO, 2001, p. 135). Era o meio pelo qual o Brasil tornar-se-ia branco. Não obstante, ele proclama a mestiçagem mental, e não apenas a fenotípica. A saída para a formação do espírito brasileiro era o apagamento da diversidade étnica e racial e a assimilação epistemológica das raças inferiores e sem pensamento próprio, o que seria propiciado pela mestiçagem.

O que está em cena é o medo branco, medo expresso nos momentos que antecederam à abolição. A mestiçagem é parte da política da busca de consenso branco, é parte da política que nega as lutas dos povos negros e pindorâmicos, que nega a República de Palmares e muitos outros quilombos, revoltas, insurreições e movimentos.

Sublimação gilbertofreyriana do racismo

Os que se sentiam brancos fugiam de sua condição étnica. Nina Rodrigues, que fez escola entre o final do século XIX e início do XX, sem nenhuma simpatia pelos negros ou indígenas, era deslumbrado com a ciência europeia. Gilberto Freyre (1953/2015), orientado pelo imaginário instituído de que tivemos um sistema harmônico entre senhores e escravizados, elaborou, sob o ponto de vista da casa-grande, uma

interpretação e um caminho epistemológico morenista de Brasil, sobretudo no aspecto psicológico, como já propunha Silvio Romero, embelezando e oferecendo os mecanismos de sublimação, no sentido freudiano do termo, e, portanto, ocultando a violência contra negros e pindorâmicos ocorrida na formação da vida social brasileira. O processo sublimatório da violência empreendido por Freyre baseia-se no fenômeno sadomasoquista, da visão descontextualizada da teoria de Sigmund Freud. A direção epistemológica de Freyre para o intelectual brasileiro não é apenas a do olhar que nega a violência, mas a da falsa memória de uma infância antiga na qual o menino negro é o “*leva pancadas [com quem] iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico*” (FREYRE, 1953/2015, p. 113, grifos do autor). Para o sociólogo tratava-se de companheiros de brinquedos. A mulher negra “que nos iniciou no amor físico” (p. 367) era o polo necessário da relação voluptuosa dos senhores.

A mestiçagem, como salienta Lélia Gonzalez, “resultado da violentação das mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos)” (GONZALEZ, 2018a, p. 35) deu origem ao mito da democracia racial, aperfeiçoada por Gilberto Freyre nos anos 1930. A mestiçagem, como estratégia de sujeição, faz com que inúmeros intelectuais se recusem a ver o sentido histórico-social do que acontece nas favelas e periferias das grandes e pequenas cidades do Brasil, escancarado agora na pandemia da Covid-19. Como seria possível à intelectualidade, que se vê branca, abandonar o sintoma que protege a memória de um Brasil das brincadeiras de criança e da sedução das mulatas? A

“sublimação do racionalismo” também é observada por Amauri Pereira (2013, p. 173), a partir de outro campo de saber. O lapso epistemológico que aí surge tem relação estreita com essa produção de apagamento, encobrimento da memória do outro e sublimação da violência que leva ao “desconhecimento de si” (GONZALEZ, 2018b, p. 200). Boa parte do pensamento social brasileiro está baseada nesse trauma social.

Gradiente étnico, fuga de si e barreira do pensamento

A mestiçagem, de caráter fenotípico e universal, foi empregada no Brasil como operador de política. O sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974) analisou como o foco no “mulato” torna-se o obstáculo epistemológico e cognitivo para o pensamento acerca das injunções raciais e demais questões sociais brasileiras. A perspectiva do mulato é a exata medida, no Brasil, não de um fenômeno fenotípico, mas da estratégia para o desconhecimento de si e da sociedade, que o país adotou. Abdias Nascimento (1978) foi um revelador e denunciador da estratégia genocida e epistemicida da mestiçagem.

Tal emergência histórica gera o bloqueio cognitivo do brasileiro que o impede de pensar a si mesmo, de analisar o seu mundo local e suas articulações com o sistema global, a partir da problematização da situação social do país, numa tendência à fuga emocional e cognitiva da realidade (MOURA, 1988). A pressão para o embranquecimento da população, anulando as diversas marcações étnicas em prol de uma homogeneidade mestiça qualificada a partir da cultura branca, cria o processo de subjetivação que Clóvis Moura (1988, p. 62) analisou sob o conceito de gradiente étnico, pelo qual o mulato no Brasil é o efeito do vetor de

poder. Trata-se de um poder que coloca o branco como superior e o negro como inferior, enquanto as nuances miscigenadas são mais consideradas à medida que se aproximam do modelo branco e mais repelidas ao se distanciar desse polo. Isso configura uma matriz de saber do homem brasileiro, produtora da fuga de si.

A política do mulatismo é a estratégia para a homogeneização genocida dos povos e a consecução de uma identidade nacional baseada na razão branca, na subjetivação europeia e numa linguagem única, que leva o intelectual brasileiro “à fuga da realidade” (MOURA, 1988, p. 62), ordenada por mecanismos sociais e simbólicos de dominação, e ao esvaziamento da identidade em relação ao grande segmento populacional não-branco. Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974, p. 70), debatendo com o sociólogo norte-americano Carl Degler, que apontou o mulato como a válvula de escape, propôs a tradução de “*mulatto escape hatch*” para “armadilha”, pois o vê como barreira cognitiva para o pensamento brasileiro. O tornar-se branco que se engendra na mulatice é mesmo uma “invenção dos cientistas brasileiros”, como o diz Amauri Pereira (2013, p. 160), e leva a nação a um “branco de memória” e a ciência ao “lapso epistemológico” (p. 167) e permanente crise.

Lapso epistemológico e crise de conhecimento, permanentes na academia, foram escancarados pelo bolsonarismo e a crise pandêmica. Tal como o quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), perguntamo-nos: qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra os quilombos dos Palmares e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades periféricas, urbanas e

rurais? Afinando a pergunta, a partir da questão inicial que apresentamos: como o campo da psicologia vem atualizando o terror psicológico e como nós, intelectuais, psicólogas/os negras/os podemos falar de uma outra psicologia?

Do lapso epistemológico às ramagens afropindorâmicas

Participante do pacto nacional pelo silêncio e invisibilidade das relações raciais, pacto que é o mito da democracia racial, a consciência brasileira não considera, de nenhum modo, em nenhum grau, o protagonismo indígena ou negro (SANTOS, 1985, p. 292), como se ainda prevalecesse a noção de que são corpos sem alma e, portanto, sem pensamento nem organização, muito embora não seja possível a problematização da questão nacional sem a discussão da questão negra e indígena. Exceto com a produção de um pensamento perverso, no sentido freudiano do termo, “eu sei mas...”, toda a crise da nação brasileira se passa como se ocorresse sem o reconhecimento do andar de baixo, negros e indígenas. Não conseguimos, portanto, constituir um pensamento, como sugere Joel Rufino (SANTOS, 1985, p. 305), “desde fora da cultura hegemônica”, com eficácia para compreender a crise brasileira e, por conseguinte, a crise planetária no seio da qual aquela se encontra, e lograr modos de superação.

A propósito, o estudo ainda inicial intitulado *As publicações das revistas de psicologia: uma análise da abordagem da questão negra e do pensamento social brasileiro* (PAIXÃO; SANTOS, 2017), numa área específica das Ciências Humanas, a Psicologia, é revelador da presença de mecanismos epistemológicos de fuga do contexto brasileiro, que ignora

“especificidades locais, ou singularidades históricas” (PAIXÃO; SANTOS 2017, p. 765) dos objetos em questão nos artigos e pesquisas, perpetuando efeitos do desconhecimento do povo negro e, por conseguinte, do próprio país, como vaticinava Silvio Romero. Eis por que não mais podemos ler o compêndio de Ana Maria Jacó-Vilela et al. (2015) sem estranhar e sem nos perguntar o que ali é dito e o que é silenciado, percebendo como a psicologia enfocou a questão racial quando tinha o propósito de afirmar a supremacia branca, calando-se na maior parte do seu percurso histórico, sem considerar o levantamento histórico da vivência de negros e indígenas. E calou-se porque o medo branco é o de ver-se diante de negros e indígenas como protagonistas do destino nacional, no seu aspecto estético, político e econômico. Isso aparece até no cinema, pois, mesmo quando o filme se propõe a trazer a questão racial, o pensamento do diretor parece não conceber uma mulher negra ou um homem negro como protagonista.

As epistemologias praticadas na academia colocam-nos diante de uma melancolia, como se não houvesse pátria, não houvesse terra nem lutas. Milton Santos (2000, p. 71) acerta quando diz:

(...) mas há um obstáculo que é o nosso modo de pensar, europeu, ocidental. O problema é que pretendemos pensar tudo a partir de uma epistemologia europeia e, agora, norte-americana. Então, ficamos prisioneiros de modelos exógenos e também pessimistas, o que é marca do Ocidente. A ruptura com esse modelo de pensar me parece necessária e urgente.

Todavia, a chegada à universidade brasileira das ramagens afroindorâmicas, das missões que

cumprem para suas comunidades, da herança que carregam, das lutas cotidianas e da história ocultada de suas famílias e de sua gente, e a consequente ativação de um debate que dá idioma aos efeitos do trauma cultural vivido em silêncio até agora, tornam inevitável a emergência de uma universidade pluriépistêmica, portanto contracolonizadora, para usar o termo do quilombola Antônio Bispo (SANTOS, 2015), a ponto de refletir a diversidade de povos e de debates relativos aos modos de conhecer do próprio país.

Finalização

Sinalizamos, enfim, alguns elementos que perfazem as linhas do bloqueio epistemológico que nos acomete, enfatizado no campo da psicologia. Também pontuamos o que necessitamos considerar e reconsiderar para a formação de um pensamento que se desloque do campo hegemônico para uma perspectiva social, existencial e espiritual dos povos negros e pindorâmicos. Não resta dúvida da necessidade de alteração das linguagens das ciências e de novas epistemologias constituídas a partir da diversidade étnica, racial e cultural do Brasil.

Nós mesmos tivemos que entrar em dolorosos embates na universidade. Fomos tratados como agressivos, ressentidos, ingratos, descuidados, violentos, destrutivos, perdidos. Atribuíram-nos os mesmos adjetivos que, segundo Fernandes (2008), os negros recebiam quando defendiam seus interesses em perspectiva coletiva. Tem sido assim com a implementação das cotas na pós-graduação e a inclusão de autoras/es contracolonizadoras/es e do tema das relações raciais e da condição histórica dos negropindorâmicos, da colonização aos dias atuais, e as modalizações subjetivas subseqüentes,

na grade programática dos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia.

No embate no interior da academia, tendo em vista um dos mais destacados departamentos de psicologia do país, nos demos conta, surpresos, de posições racistas e antinegra, mesmo em professores pesquisadores progressistas. Ouvimos frases que chocam a linguagem. Entretanto, na hora decisiva do voto, as cotas na pós-graduação foram aprovadas (para negros, indígenas, pessoas transexuais e com deficiência), e por conseguinte, todos acompanharam-nos na luta antirracista e no projeto de construção da equidade social, desde o início defendida por muitas/os colegas aliadas/os.

Esse percurso vem mostrar que a recusa de epistemologias negropindorâmicas não é ingênua, mas resultado do racismo mitocondrial enquistado nas/os brasileiras/os que se percebem brancas/os e na negação dos povos melaninados como sujeito histórico e possuidor de pensamento. A discussão trazida de parte dos “acadêmicos brancos”, como se refere José Jorge de Carvalho (2003, p. 303), recusava, e ainda recusa, trazer à análise a condição dos povos pretos na trama liberal global capitalista. A forma de pensar da academia é antinegra e racista.

A discussão que fizemos procurou indicar as bases nas quais está assentado o bloqueio cognitivo e epistemológico que acomete o pensamento brasileiro e se instalou na universidade. A europeização da ontologia (subjetivação) e da cultura (epistemológica) deixou o Brasil em delicada situação para pensar, considerar e conduzir o seu próprio destino, e a Psicologia em dificuldade para cuidar dos povos que o habitam. Tornou-se um pensamento sem terra, tal

é sua subordinação a valores e saberes alheios, que desconsidera o candomblé angola-congo, o keto, o batuque, o xangô, o omolocô, a jurema, o xamanismo, a umbanda, o calundu, a capoeira. Desconsidera igualmente as experimentações da República de Palmares e suas inovações como sistema de convivência, da Comuna de Canudos, de inúmeras revoltas e insurreições, dos saberes dos povos periféricos, o mesmo ocorrendo em relação às formas múltiplas de cura, de saúde, cujo centro de saber não é necessariamente a universidade. Todavia, para povos pindorâmicos e negros, podem a roça e a mata ser o centro de produção de alimento e de saber, de fortalecimento do ser.

A liderança indígena Awamirim Tupinambá, refletindo a situação da pandemia, diz que a universidade hoje mostra a sua falência, pois a periferia está excluída do processo do conhecimento.¹ A chegada de novos corpos de diversas vivências e saberes na universidade brasileira, por um lado, a torna caduca, por outro determina as condições para sua renovação.

Nos anos 1500, os povos de fala banto encontraram os povos originários e fundaram roças-cidades, zonas livres, que são os quilombos. Mãe Beata de Yemanjá disse-nos, numa visita no Ilê Axé Omijuarô, em 2014: “A academia é bacana, mas é baseada na escrita, no livro. Mas é preciso dar vez à oralidade. A oralidade abre para o encontro entre os mais velhos, que ensinam, e os mais novos, que aprendem. Mas o mais velho está sempre aprendendo, inclusive com o mais novo. A academia precisa incluir a oralidade” (comunicação pessoal). Segundo o ensinamento de tateto

¹ Em *live* exibida em 14/05/2020 pelo INCTI – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

Luazemi Roberto Braga, liderança do Lumyjacarê Junçara, na Baixada Fluminense, partindo da pedagogia e da epistemologia vindas da ciência dos angolas-congos, o pensamento precisa considerar a importância da Terra, da Mata, da Roça, do Terreiro, da Comunidade, como sujeitos do conhecimento. Entre os Xukuru do Ororubá, no oeste do estado de Pernambuco, as lideranças políticas e espirituais consideram a mata o lugar próprio onde a/o jovem Xukuru aprende a ser guerreira/o. Também o quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), quando nos fala do que aprendeu, remete aos trabalhos com a comunidade da pesca e do roçado, ou às conversas que teve com os mais velhos. A metodologia aí presente, o caminho de conhecimento, ele chama de Biointeração. O conhecimento se dá no respeito à terra que nutre, alimenta e dá vida. É na roça que a aprendizagem do conhecimento se faz.

Para o povo de santo, como ensina tata Luazemi, a roça é o lugar no qual todas as forças da Natureza se encontram, para comer, festejar, trazer alegria, fortalecer a comunidade e os destinos diferenciados e diferenciadores de cada pessoa. Os negros bantos que consideram o Ser-Sendo-Força, constitutivo de tudo o que existe (os humanos, os animais e os vegetais), entendem que o saber deve se formar para nos ensinar a convivência, visto que a comunidade é propulsora do desenvolvimento de cada um. A primazia da comunidade forma uma filosofia que designamos perspectiva do enegrecimento (SANTOS, 2019) em vez do esclarecimento, ou pensamento sem comunidade, para o qual Emanuel Kant dá o estatuto de uma ontologia (KANT, 2012; FOUCAULT, 2008). Com isso seguimos um deslocamento para a periferia e outros modos do ser.

Os aspectos social, político, cognitivo e estético da vida passam pela comida e pela conexão com a terra, pela espiritualidade, que é a conexão com o sagrado. O Ser-Sendo-Força do desenvolvimento contínuo e permanente de cada uma/um alimenta-se primeiramente da comunidade.

Esses são, então, os princípios para a formação de epistemologias plurais que nos fortaleçam na saúde e na nossa necessidade de convivência e pertencimento e possam instituir uma psicologia. Trata-se de estilos de vida em conexão com a ancestralidade, com os mortos, os que vão nascer e com a terra que tudo alimenta; a comunidade cósmica, portanto. Estaremos escrevendo e vivenciando uma epistemologia conectada não apenas com a diversidade das pessoas humanas, mas com as próprias forças da natureza como agentes do que existe e do que não existe. Mas isso fica para outra escrita.

Referências

- BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi/UNESCO, 1955. p. 227-310.
- _____. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (1945). São Paulo: Sociologia e Política, 2010.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v. 1, n. 42-43, p. 303-340, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Rostidade. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 3, p. 31-61.

DIOP, Cheikh Anta. Origens do antigo Egito. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). *História geral da África, II: África antiga*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-36.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon? Por que agora?” Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES, Florestan. A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi/UNESCO, 1955. p. 193-226.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. São Paulo: Global, 2008. v. 1.

FOUCAULT, Michel. *O que são as luzes*. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Coleção Ditos & Escritos, p. 335-351.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1953)*. São Paulo: Global, 2015.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: _____. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018a. p. 34-53.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b. p. 190-214.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; LEAL, Arthur Arruda Ferreira; PORTUGAL, Francisco Teixeira. *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2015.

KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é Esclarecimento? Trad. Márcio Pugliese.

Cognitio: Revista de Filosofia. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/view/11661/8392>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LIMA, Fátima. Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MBEMBE, Achille. Entrevista: As sociedades contemporâneas sonham com o Apartheid. *Revista Mutamba – sociedade, cultura e lazer*, jan. 2014. Disponível em: <https://document.onl/documents/achille-mbembe-as-sociedades-contemporaneas-sonham-com-o-apartheid-entrevista.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1edições, 2018.

MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Uberlândia: Nandyala, 2010.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato um obstáculo epistemológico: a partir do livro quase clássico de Carl Degler, uma reflexão sobre os mitos e fatos do sistema brasileiro de relações raciais. *Argumento – Revista mensal de cultura*, São Paulo, Ano 1, n. 3, p. 65-78, jan. 1974.

PAIXÃO, Tulane Oliveira; SANTOS, Abrahão de Oliveira. As publicações das revistas de psicologia: uma análise da abordagem da questão negra e do pensamento social brasileiro. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, 3, 2017, Universidade Federal de

Santa Catarina. Anais. Florianópolis, 2017. p. 758-769.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira*. Itajaí: Casa Aberta, 2013.

RAMOS, Guerreiro. A patologia social do "branco" brasileiro (1955). In: _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 215-240.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROMERO, Sílvio. Psicologia nacional, prejuízos de educação, imitação do estrangeiro. In: *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Tomo 1, p. 145-212.

ROSA, Allan Santos da. *Reza de mãe*. São Paulo: Nós, 2016.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. *Abordagem CTS diante das interpelações da afrocentricidade: a saúde da*

população negra. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, Montevideo, v. 9, n. 2, p. 47-61, 2019. <http://dx.doi.org/10.26864/pcs.v9.n2.3>

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB/CNPq, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. "O movimento negro e a crise brasileira". *Política e Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 287-307, 1985.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930* (1993). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VIANA, Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Recebido em 2020-05-30

Publicado em 2021-03-06